



# *Câmara Municipal de Cambará*

Estado do Paraná

Avenida Brasil n.º 1204 - Cx. Postal, 322 - Fone/Fax: (0\*\*43) 532-1756 - CEP 86390-000

## COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO.

### PROJETO DE LEI Nº 91/2000.

### ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO/2.001.

#### PARECER

No presente Projeto de Lei ora apresentado a esta Comissão, observa-se a correta destinação de verbas para a Educação, Saúde e demais Órgãos da Administração, conforme determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Orçamento Geral do Município, é uma previsão de despesas e receitas, sendo de iniciativa exclusiva do Executivo Municipal, podendo a qualquer tempo, receber transposição e suplementação de verbas (se necessário), mediante prévia autorização da Câmara Municipal.


O presente Projeto de Lei, faz uma previsão de R\$ 10.220.000,00 (Dez milhões duzentos e vinte mil reais), valor inferior ao previsto no Orçamento da gestão passada, o que nos parece, um valor razoável para a realidade do Município.

Não se constata no mencionado Orçamento, qualquer dispositivo estranho à fixação da Despesa ou previsão de Receita.

Assim, pelas razões apresentadas acima, esta Comissão é de parecer que se aprove o presente Projeto de Lei e antes de encaminhá-lo para deliberação do Plenário, seja observado o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 149, do Regimento Interno desta Casa.

*Sala das Comissões, em 19 de outubro de*  
2000.

  
Edgard Ribas Neto

  
Cicero Amancio

  
Marcos Roberto de Oliveira



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE: (0\*\*43) 532-3535 - FAX: 532-3432 - CEP 86390-000 - CAMBARÁ - PR

Ofício nº 1012/00

CambaráPr, 29 de setembro de 2.000

Excelentíssimo Senhor :

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA

MD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA

Senhor Presidente :

Ref. Orçamento para 2.001

Tem este a finalidade de encaminhar à Vossa Excelência o Orçamento Programa deste Município para o exercício de 2.001, para conhecimento e aprovação pelos Srs. Vereadores.

Sem mais para o momento, enviamos os nossos elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

MOHAMAD ALI HAMZÉ

Prefeito Municipal

PROTOCOLADO 046/00

Recebi o Presente Documento

As 16<sup>h</sup> horas.

Em 10/10/2000

ÀS COMISSÕES

Em 16/10/2000

Presidente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE: (0\*\*43) 532-3535 - FAX: 532-3432 - CEP 86390-000 - CAMBARÁ - PR

## JUSTIFICATIVA

O PROJETO DE LEI Nº91/2.000, refere-se ao orçamento Geral do Município de Cambará-Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2.001, sendo que a elaboração do mesmo foi efetuado de acordo com as diretrizes orçamentárias.

As previsões de Receitas e Despesas foram efetuadas baseadas em preços do mês de agosto/2.000.

Cambará-Pr, 25 de setembro de 2.000

Mohamad Ali Hamze

-Prefeito Municipal-

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CAMBARÁ**

**ORÇAMENTO-PROGRAMA  
EXERCÍCIO- 2.001**

**Adm: Mohamad Ali Hamzé**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE: (0\*\*43) 532-3535 - FAX: 532-3432 - CEP 86390-000 - CAMBARÁ - PR

## PROJETO DE LEI nº91/2000

Súmula - Estima a Receita e fixa as despesas do Município, para o exercício de 2.001.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ-ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2.001, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, compostas pelas Receitas e Despesas dos órgãos de administração direta, indireta, Fundação e Fundos instituídos pelo Município, que recebem transferências à conta deste orçamento estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 10.220.000,00 (DEIS MILHÕES DUZENTOS E VINTE MIL REAIS).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente e das especificações constantes do anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

### 1 - RECEITA DO TESOUREO

|                                |              |              |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Receita Tributária.....        | 975.000,00   |              |
| Receita Industrial.....        | 30.000,00    |              |
| Receita Patrimonial.....       | 535.000,00   |              |
| Receita de Serviços.....       | 90.000,00    |              |
| Transferências Correntes.....  | 7.425.000,00 |              |
| Outras Receitas Correntes..... | 145.000,00   | 9.200.000,00 |

### 2 - RECEITAS DE CAPITAL

|                                |            |               |
|--------------------------------|------------|---------------|
| Operação de Crédito.....       | 100.000,00 |               |
| Alienação de Bens.....         | 120.000,00 |               |
| Transferências de Capital..... | 800.000,00 | 1.020.000,00  |
| TOTAL GERAL.....               |            | 10.220.000,00 |

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes do anexo II, que apresenta o seguinte desdobramento:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE: (0\*\*43) 532-3535 - FAX: 532-3432 - CEP 86390-000 - CAMBARÁ - PR

## I - PODER LEGISLATIVO

0100 - Câmara Municipal

540.000,00

540.000,00

## II-PODER EXECUTIVO

9.680.000,00

Administração e Planejamento

1.943.900,00

Agricultura

194.000,00

Defesa Nacional e Segurança Pública

215.000,00

Educação e Cultura

2.508.700,00

Habitação e Urbanismo

1.983.750,00

Saúde e Saneamento

1.506.500,00

Assistência e Previdência

725.000,00

Transporte

603.150,00

**TOTAL GERAL**.....

10.220.000,00

Art. 4º - Os órgãos de Administração Indiretas, Fundações e Fundos Instituídos pelo Município que recebem transferências à conta desta Lei terão orçamentos próprios e elaborados e aprovados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único - Os orçamentos próprios de que trata este artigo poderão ser suplementados por Decreto do Poder Executivo Municipal, na forma do Artigo 43, parágrafo 1º da Lei Federal nº 4 320/64, de 17 de março de 1 964.

Art. 5º - O Executivo Municipal é autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar até o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do total das Despesas fixada nesta Lei.

Parágrafo Primeiro - A abertura de Créditos Adicionais Suplementares, deve ser por Decreto do Executivo, obedecidas ao que dispõe o Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Segundo - Consideram-se recursos para cobertura dos Créditos Adicionais fixado no "caput" deste Artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial no

exercício anterior;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE: (0\*\*43) 532-3535 - FAX: 532-3432 - CEP 86390-000 - CAMBARÁ - PR

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei;

IV - o produto de operação de crédito autorizadas, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Artigo 6º - Em decorrência ao disposto no Artigo 66 e seu Parágrafo Único, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos Centralizados, as dotações atribuídas às diversas Unidades Orçamentárias e a redistribuição das parcelas das dotações de Pessoal e Encargos Sociais, de uma para outra unidade.

Parágrafo Único - O órgão central de pessoal, desde logo, fica autorizado a fazer a redistribuição de parcela correspondente, de servidor transferido ou removido de um Departamento para outro, quando for o caso.

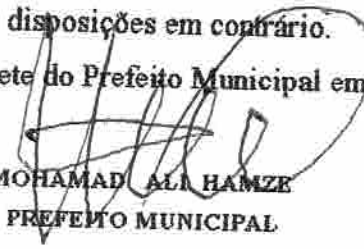
Artigo 7º - Poderá o Executivo Municipal, realizar Operações de Crédito por antecipação da Receita, em qualquer mês do exercício financeiro, para atender insuficiências de caixa, observado o Artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Artigo 8º - Realizar Operações de Crédito dentro das normas e determinação estabelecidas pelas instituições financeiras nacionais observados os limites de capacidade de endividamento do Município, conforme dispõe o Artigo 167, Inciso III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 98 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução nº 69, de 14/12/95, do Senado Federal.

Artigo 9º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênios com Entidades Públicas ou Privadas (com fins lucrativos ou não), sempre que tais avenças não comprometerem a execução do objeto previsto nesta lei.

Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor à 1º (primeiro) de janeiro de 2.001, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em: 25 de setembro de 2000.

  
MOHAMAD ALI HAMZE  
PREFEITO MUNICIPAL